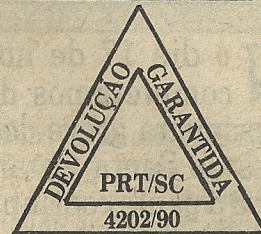


Filiado a

**CUT**  
**CNE**

# Jornal do **SINTE-SC**

PORTE PAGO  
PRT/SC - 4203/90



---

Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SC) - novembro/dezembro de 1990 - nº 07

---

**IMPRESSO**

# Burocracia e democracia nas escolas

Reinaldo Matias Fleuri

Professor do Centro de Educação da UFSC

A escola apresenta-se, hoje, como uma organização burocrática. Nela, as relações humanas se dão de maneira impessoal, formal e hierárquica. As pessoas, na escola, se posicionam segundo sua função (aluno, professor, funcionário, diretor). As tarefas e relações são determinadas por regulamentos definidos formalmente. Cada um tem seus direitos e deveres (principalmente deveres, diria alguém!) segundo a posição funcional que ocupa. E as relações são hierarquizadas, isto é, alguns têm poder de mando sobre os outros: o diretor decide e os funcionários executam; o professor planeja e ensina, enquanto os alunos devem obedecer e aprender.

Tal tipo de organização acaba reproduzindo relações de dominação, que servem para manter a exploração. Ou seja, os capitalistas precisam dominar os trabalhadores para conseguir explorá-los. Para isso, procuram impor ao Estado, à empresa, à escola a forma burocrática de organização.

E aí aparece a questão: se a organização burocrática tende a reproduzir relações de dominação, seria possível promover através do Estado e da escola processos democráticos?

A primeira vista parece impossível que o Estado e a escola promovam a or-

ganização democrática das classes populares.

Primeiro, porque o sistema escolar e o Estado surgem e se desenvolvem historicamente como meios de a classe dominante (os proprietários dos meios de produção) subjugar as classes subalternas. A superação do caráter autoritário da escola e do Estado depende da superação do antagonismo entre classe trabalhadora e classe capitalista. E isto só acontece, em última análise, quanto os trabalhadores se tornam coletivamente controladores dos meios de produção. Só assim, poderão controlar as organizações políticas (o Estado) e as organizações sociais como a escola.

Segundo, porque a organização burocrática centraliza o poder, separando os poucos que decidem, dos muitos que apenas executam ordens. Desta maneira, a escola e o Estado, devido à sua estrutura hierárquica, tende a reforçar o poder de uma elite sobre a massa. Justamente o contrário da democracia, em que a maioria dirige a ação coletiva.

Terceiro, porque as formas democráticas de organização estão sendo construídas por movimentos sociais, geralmente surgidos a partir de iniciativas populares em contraposição ao próprio Estado e fora do âmbito da escola.

Em suma, dada sua história e sua estrutura, o Estado e a escola parecem não ter condições de tomar a iniciativa de

promover processos democráticos. Quando a iniciativa de democratização é assumida pela cúpula, tende-se a reproduzir novas formas de dominação sobre as bases.

Assim, a questão pode ser colocada em outra perspectiva: como é que os movimentos populares podem abrir espaços no Estado e na escola para avançar em suas lutas por construir um poder popular?

Mais especificamente: como a escola pode promover uma educação popular?

A educação popular não se restringe a ampliar o acesso à escola para todos. A escola é, por muitos educadores, considerada indispensável para as classes populares apropriarem-se do saber historicamente elaborado, necessário para o avanço de sua organização e conscientização. Mas, dada a sua atual estrutura autoritária, a escola tende a ser um fator de domesticação das classes populares.

A educação popular também não se restringe a simplesmente divulgar o saber técnico e científico. Este saber só pode servir como fator de conscientização e organização das classes populares se for apropriado a partir e em função de suas lutas e necessidades básicas.

Desta forma, para se tornar um espaço de educação popular, a escola precisa desenvolver relações democráticas de poder (superando sua estrutura autoritária) e processos críticos de saber, em

que a compreensão teórica se vincule organicamente com a prática social.

Aliás, a organização democrática é indispensável para a elaboração crítica do saber e o saber crítico é indispensável para o avanço da organização democrática.

De fato, um grupo desenvolve aprendizagem crítica na medida em que relaciona o conhecimento com as necessidades fundamentais de sua prática. Para que estas necessidades sejam explicitadas e assumidas conjuntamente é preciso que o grupo assuma a iniciativa e o controle de seu processo educativo. Se este processo é imposto e dirigido a partir de fora do grupo, dificilmente este terá oportunidade de explicitar e assumir suas necessidades fundamentais e, portanto, de relacioná-las criticamente com novos conhecimentos.

Por outro lado, o saber crítico é indispensável para o avanço da organização democrática. Pois quanto melhor um grupo conhecer o sentido e o contexto de sua prática, tanto mais terá condições de discutir e deliberar sobre sua condução.

Em suma, se a escola quiser favorecer a educação popular, precisa não apenas ser acessível a todos e transmitir conhecimento técnico-científico. Precisa se democratizar e desenvolver processos educativos em que se articulem criticamente a teoria com a prática social.